

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	17
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	82
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.324
Preferenciais	12.627
Total	48.951
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	865.398	852.852
1.01	Ativo Circulante	1.617	1.522
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82	37
1.01.03	Contas a Receber	416	358
1.01.03.01	Clientes	416	358
1.01.06	Tributos a Recuperar	756	756
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	756	756
1.01.06.01.01	Créditos de Impostos	756	756
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	363	371
1.01.08.03	Outros	363	371
1.01.08.03.02	Outros Créditos	363	371
1.02	Ativo Não Circulante	863.781	851.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.660	5.827
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28	28
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.632	5.799
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	5.632	5.799
1.02.02	Investimentos	792.573	779.215
1.02.02.01	Participações Societárias	792.573	779.215
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	792.573	779.215
1.02.03	Imobilizado	65.545	66.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.545	66.285
1.02.03.01.01	Terrenos	10.187	10.187
1.02.03.01.02	Edificações	55.142	55.881
1.02.03.01.03	Máquinas e Equip. Industriais	216	217
1.02.04	Intangível	3	3
1.02.04.01	Intangíveis	3	3
1.02.04.01.05	Ágio s/Investimentos	3	3

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	865.398	852.852
2.01	Passivo Circulante	633.179	614.297
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.097	6.197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.493	5.324
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.604	873
2.01.02	Fornecedores	19.626	19.405
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.626	19.405
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.269	46.789
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.470	9.888
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	7.470	9.888
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.731	26.913
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.068	9.988
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.094	330.373
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	320.092	311.782
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	320.092	311.782
2.01.04.02	Debêntures	19.002	18.591
2.01.05	Outras Obrigações	221.093	211.533
2.01.05.02	Outros	221.093	211.533
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.317	3.317
2.01.05.02.05	Titulos a Pagar	163.560	156.983
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	54.216	51.233
2.02	Passivo Não Circulante	1.983.852	1.923.233
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	486.949	485.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	192.229	195.277
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	192.229	195.277
2.02.01.02	Debêntures	294.720	290.390
2.02.02	Outras Obrigações	320.076	290.774
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	124.703	98.439
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	-21.356	-22.005
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	160.972	134.007
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-14.913	-13.563
2.02.02.02	Outros	195.373	192.335
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	195.373	192.335
2.02.04	Provisões	1.176.827	1.146.792
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	95.887	105.388
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.179	25.179
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.367	25.868
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	54.341	54.341
2.02.04.02	Outras Provisões	1.080.940	1.041.404
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.834	12.565
2.02.04.02.07	Provisão para Passivo a Descoberto	1.066.923	1.027.605
2.02.04.02.08	Outras contas a pagar	1.183	1.234
2.03	Patrimônio Líquido	-1.751.633	-1.684.678
2.03.01	Capital Social Realizado	576.172	576.172
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.02.07	Gastos c/Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.02.08	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.646	24.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.755.698	-3.689.380
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.586	835.711
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	387.317	387.317
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	386.953	386.953
2.03.07.02	Créditos quirografários a converter	364	364

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.826	-45.640
3.04.01	Despesas com Vendas	-11	-48
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.589	-10.705
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9.501	-182
3.04.03.01	Provisões para contingências	9.501	-170
3.04.03.02	Perdas no recebimento de crédito com clientes	0	-12
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	624	3.241
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.982	-18.533
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.369	-19.413
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-43.826	-45.640
3.06	Resultado Financeiro	-23.167	-5.212
3.06.01	Receitas Financeiras	5	3.875
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.172	-9.087
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-66.993	-50.852
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	509	388
3.08.02	Diferido	509	388
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-66.484	-50.464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-66.484	-50.464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1.341,6	-1.115,67
3.99.01.02	PN	-1.475,76	-1.227,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-66.484	-50.464
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40	1.734
4.02.02	Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	40	1.734
4.03	Resultado Abrangente do Período	-66.444	-48.730

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.847	-5.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.382	-25.931
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	740	740
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	40.369	19.413
6.01.01.03	Variações Monetárias e Cambiais	5.262	2.658
6.01.01.05	Lucro Líquido do Exercício	-66.993	-50.852
6.01.01.06	Provisões (Reversões)	-9.501	-2.339
6.01.01.07	Ajuste de atualização de debêntures	4.741	4.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.535	20.931
6.01.02.01	Clientes	-58	-15
6.01.02.02	Créditos de Impostos	0	-36
6.01.02.03	Outros Créditos	175	21.394
6.01.02.04	Fornecedores	221	-2.880
6.01.02.05	Obrigações Sociais	-100	-2.671
6.01.02.06	Impostos e Contribuições a Recolher	3.518	-7.042
6.01.02.07	Títulos a Pagar	6.577	5.252
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	2.933	-1.846
6.01.02.13	Provisão de custos e encargos	269	8.775
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.372	5.000
6.02.01	Aquisições de investimentos	-14.372	0
6.02.02	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	0	5.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.264	0
6.03.02	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	26.264	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	57
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	110	57

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.277	-166	-66.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.484	0	-66.484
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	207	-166	41
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	166	-166	0
5.05.02.07	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	41	0	41
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-512	-512
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-512	-512
5.07	Saldos Finais	573.099	0	176.114	-3.747.354	1.246.508	-1.751.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.182.921	1.091.826	-1.374.367
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.182.921	1.091.826	-1.374.367
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.464	1.734	-48.730
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.464	0	-50.464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.734	1.734
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.734	1.734
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	165	-553	-388
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-388	-388
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	165	-165	0
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.233.220	1.093.007	-1.423.485

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.143	-15.304
7.01.02	Outras Receitas	1.143	-15.292
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	-12
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.887	-8.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.887	-8.557
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.744	-23.861
7.04	Retenções	-740	-740
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-740	-740
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.484	-24.601
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-40.364	-15.538
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.369	-19.413
7.06.02	Receitas Financeiras	5	3.875
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-42.848	-40.139
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-42.848	-40.139
7.08.01	Pessoal	688	1.210
7.08.01.01	Remuneração Direta	462	457
7.08.01.02	Benefícios	204	679
7.08.01.03	F.G.T.S.	22	74
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-397	-250
7.08.02.01	Federais	-397	-250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.345	9.365
7.08.03.01	Juros	23.172	9.087
7.08.03.02	Aluguéis	173	278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.484	-50.464
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.484	-50.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	348.839	370.591
1.01	Ativo Circulante	116.390	134.907
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89	85
1.01.02	Aplicações Financeiras	326	17.235
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	326	17.235
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	326	17.235
1.01.03	Contas a Receber	7.314	4.805
1.01.03.01	Clientes	7.314	4.805
1.01.04	Estoques	9.781	7.927
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.880	104.855
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	98.880	104.855
1.01.08.01.02	Créditos de Impostos	66.249	67.826
1.01.08.01.04	Outros Créditos	32.631	37.029
1.02	Ativo Não Circulante	232.449	235.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.652	19.565
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	189	186
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.463	19.379
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	19.213	19.374
1.02.01.10.06	Outros créditos	250	5
1.02.02	Investimentos	89.568	90.737
1.02.02.01	Participações Societárias	46.071	47.240
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	31.333	32.502
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	14.738	14.738
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	43.497	43.497
1.02.03	Imobilizado	111.533	113.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.533	113.686
1.02.03.01.01	Terrenos	14.587	14.587
1.02.03.01.02	Edificações e instalações	72.890	73.718
1.02.03.01.03	Equipamentos e máquinas industriais	22.558	23.908
1.02.03.01.04	Informática e móveis de escritório	302	258
1.02.03.01.05	Outras imobilizações	1.196	1.215
1.02.04	Intangível	11.696	11.696
1.02.04.01	Intangíveis	11.696	11.696
1.02.04.01.03	Intangível	11.696	11.696

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	348.839	370.591
2.01	Passivo Circulante	926.466	905.734
2.01.02	Fornecedores	45.022	43.936
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.022	43.936
2.01.03	Obrigações Fiscais	181.183	180.509
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.412	110.583
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	114.412	110.583
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	32.768	32.582
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	34.003	37.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	352.066	343.085
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	333.064	324.494
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	333.064	324.494
2.01.04.02	Debêntures	19.002	18.591
2.01.05	Outras Obrigações	348.195	338.204
2.01.05.02	Outros	348.195	338.204
2.01.05.02.04	Salários e Encargos Sociais	106.902	105.445
2.01.05.02.06	Dividendos Propostos	3.317	3.317
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	2.718	3.231
2.01.05.02.08	Titulos a pagar	163.560	156.983
2.01.05.02.09	Outras Contas a pagar	71.698	69.228
2.02	Passivo Não Circulante	1.188.487	1.163.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	486.949	485.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	192.229	195.277
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	192.229	195.277
2.02.01.02	Debêntures	294.720	290.390
2.02.02	Outras Obrigações	429.350	393.712
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	88.125	79.798
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	114.378	77.033
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-28.155	29.418
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.902	-26.653
2.02.02.02	Outros	341.225	313.914
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	323.543	296.211
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	14.960	14.960
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.722	2.743
2.02.04	Provisões	272.188	283.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	259.354	271.192
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	43.144	44.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	67.280	77.721
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	133.202	133.202
2.02.04.01.06	Provisão para Passivo a Descoberto	15.728	15.549
2.02.04.02	Outras Provisões	12.834	12.565
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.834	12.565
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.766.114	-1.698.279
2.03.01	Capital Social Realizado	561.691	562.571
2.03.01.01	Capital Social	576.172	576.172

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.01.02	Participação dos Minoritários	-14.481	-13.601
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344
2.03.02.07	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.02.08	Gastos com Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.646	24.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.755.698	-3.689.380
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.586	835.711
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	387.317	387.317
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	386.953	386.953
2.03.07.02	Créditos Quirografários a Converter	364	364

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.862	713
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.424	-2.095
3.03	Resultado Bruto	438	-1.382
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.501	-39.411
3.04.01	Despesas com Vendas	-544	-544
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.787	-16.401
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	11.929	-650
3.04.03.01	Perdas/Reversões no recebimento de créditos com clientes	-68	-480
3.04.03.02	Provisões para contingências	11.997	-170
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.938	3.785
3.04.04.02	Outras receitas operacionais	2.938	3.785
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.436	-25.127
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.601	-474
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-32.063	-40.793
3.06	Resultado Financeiro	-35.937	-10.769
3.06.01	Receitas Financeiras	16.666	4.180
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.603	-14.949
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-68.000	-51.562
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	632	388
3.08.01	Corrente	-90	0
3.08.02	Diferido	722	388
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-67.368	-51.174
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-67.368	-51.174
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-66.484	-50.464
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-884	-710
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1.341,6	-1.115,67
3.99.01.02	PN	-1.475,76	-1.227,23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-66.484	-50.464
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-840	1.035
4.02.02	Ajuste de exercicios anteriores reflexa	44	1.745
4.02.04	Participação dos minoritários	-884	-710
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-67.324	-49.429
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-66.440	-48.719
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-884	-710

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.482	5.364
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-66.029	-39.770
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	1.445	1.536
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	1.601	474
6.01.01.04	Participação dos Acionistas Minoritários	884	710
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	5.317	6.962
6.01.01.07	Provisões/Reversões	-12.017	-2.339
6.01.01.08	Lucro Líquido do Período	-68.000	-51.562
6.01.01.09	Ajuste de atualização de debêntures	4.741	4.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.547	45.134
6.01.02.01	Clientes	-2.509	-1.857
6.01.02.02	Estoques	-1.854	-1.459
6.01.02.04	Créditos de Impostos	1.577	527
6.01.02.06	Outros Créditos	-26	15.031
6.01.02.07	Fornecedores	1.086	-5.150
6.01.02.08	Obrigações Sociais	1.457	-22.982
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	28.006	2.560
6.01.02.10	Adiantamento a Clientes	-513	43.840
6.01.02.11	Titulos a Pagar	6.577	5.252
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	1.477	597
6.01.02.14	Provisão de custos e encargos	269	8.775
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.048	-5.097
6.02.01	Pagamento pela compra de imobilizado	-169	0
6.02.02	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	0	-5.097
6.02.05	Valores em garantia na alienação de investimentos	4.340	0
6.02.06	Baixas de imobilizado	877	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.532	-23
6.03.01	Captação de financiamentos e empréstimos	205	0
6.03.02	Amortização do Principal s/Financ/Empréstimos	0	-23
6.03.03	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	8.327	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.902	244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.506	447
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	604	691

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678	-13.601	-1.698.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678	-13.601	-1.698.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.318	-125	-66.443	-880	-67.323
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.484	0	-66.484	-884	-67.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	166	-125	41	4	45
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	166	-166	0	0	0
5.05.02.07	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	41	41	4	45
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-512	-512	0	-512
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-512	-512	0	-512
5.07	Saldos Finais	573.099	0	176.114	-3.747.395	1.246.549	-1.751.633	-14.481	-1.766.114

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.182.921	1.091.826	-1.374.367	918	-1.373.449
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.182.921	1.091.826	-1.374.367	918	-1.373.449
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.464	1.734	-48.730	-699	-49.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.464	0	-50.464	-710	-51.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.734	1.734	11	1.745
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.734	1.734	11	1.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	165	-553	-388	0	-388
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-388	-388	0	-388
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	165	-165	0	0	0
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.233.220	1.093.007	-1.423.485	219	-1.423.266

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	119	-19.357
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.466	811
7.01.02	Outras Receitas	-3.280	-19.688
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-67	-480
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.957	-14.975
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.043	-1.868
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.914	-13.107
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.838	-34.332
7.04	Retenções	-66	-1.527
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66	-1.527
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.904	-35.859
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.005	3.706
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.661	-474
7.06.02	Receitas Financeiras	16.666	4.180
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.101	-32.153
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.101	-32.153
7.08.01	Pessoal	2.874	3.208
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.761	1.543
7.08.01.02	Benefícios	955	1.499
7.08.01.03	F.G.T.S.	158	166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.794	570
7.08.02.01	Federais	15.487	549
7.08.02.02	Estaduais	280	14
7.08.02.03	Municipais	27	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.801	15.243
7.08.03.01	Juros	52.604	14.947
7.08.03.02	Aluguéis	197	296
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-67.368	-51.174
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.484	-50.464
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-884	-710

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026

A Administração da **INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em atendimento integral às disposições das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Comentário de Desempenho da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Mensagem da Administração**Visão Estratégica: Período 2026-2030****Visão de Futuro e Retomada Operacional**

A Inepar inicia 2026 em uma nova fase de aceleração comercial e reposicionamento de mercado, impulsionada por um cenário macroeconômico brasileiro altamente promissor no setor de infraestrutura. O atual ciclo de desenvolvimento do país é marcado pela retomada firme do crescimento industrial, apesar da longa permanência das taxas de juros muito elevadas, fator que eleva o custo de capital e retarda grandes investimentos privados.

O dinamismo e o patamar de preços do mercado global de petróleo continuam a sustentar fortes aportes na cadeia de Óleo e Gás, enquanto as metas nacionais de descarbonização criam a demanda por infraestrutura energética.

Nesse ambiente econômico, nossa estratégia está ancorada em um sólido acervo técnico e no domínio tecnológico em quatro setores determinantes: **Energia (com foco em renováveis), Óleo e Gás, Metroferroviário e Novas Tecnologias (transição energética)**.

Destaques do Desempenho Operacional (1T26)

Refletindo os primeiros passos dessa estratégia, o encerramento do primeiro trimestre de 2026 demonstra a consistência da nossa retomada, com destaque positivo para a evolução de nossa receita operacional, 04 vezes superior ao exercício de 2025, com resultado operacional bruto positivo.

Força Comercial e Expansão

Com o suporte estratégico e claro direcionamento de nosso conselho de administração, estruturamos uma força comercial focada em duas frentes principais:

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

- **Expansão da Carteira:** Conquista de novos contratos robustos e ampliação do *backlog* de pedidos.
- **Eficiência Operacional:** Ampliação da capacidade produtiva da unidade de Araraquara e execução integrada de projetos na modalidade EPC (*Engineering, Procurement and Construction*).

Ao unirmos nossa tradição operacional à exploração das oportunidades criadas pelo novo momento econômico do Brasil, a Inepar consolida as bases para um crescimento sustentável, gerando valor contínuo para nossos clientes, parceiros e acionistas neste ciclo de expansão.

A Administração destaca, a seguir, os principais temas estratégicos em curso em 2026, bem como os desafios projetados para os próximos exercícios:

1. Liquidação de Passivos Concursais (Classes I e IV). A expectativa da Administração é que a conclusão de monetizações previstas ao longo de 2026 possibilite a quitação total dos referidos passivos.

2. Gestão de Dívidas Extraconcursais e Estruturação Financeira. O Comitê Financeiro tem se debruçado sobre a carteira de ativos da Companhia, com o objetivo de precificar, por meio de laudos de avaliação independentes, e estruturar as melhores estratégias de monetização de ativos não operacionais, permitindo renegociações pautadas em expectativas sólidas de geração de caixa.

3. Aprovação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara. A Companhia aguarda, até o encerramento do primeiro semestre de 2026, a aprovação final para a constituição de uma ZPE em seu complexo industrial em Araraquara. O projeto tem por objetivo atrair investimentos globais e players tecnológicos. A íntegra do projeto está disponível no portal de Relações com Investidores (www.inepar.com.br).

O principal projeto-piloto deste projeto de ZPE consiste na construção de um Data Center com capacidade de 200 MW de energia, já contratada junto à CPFL.

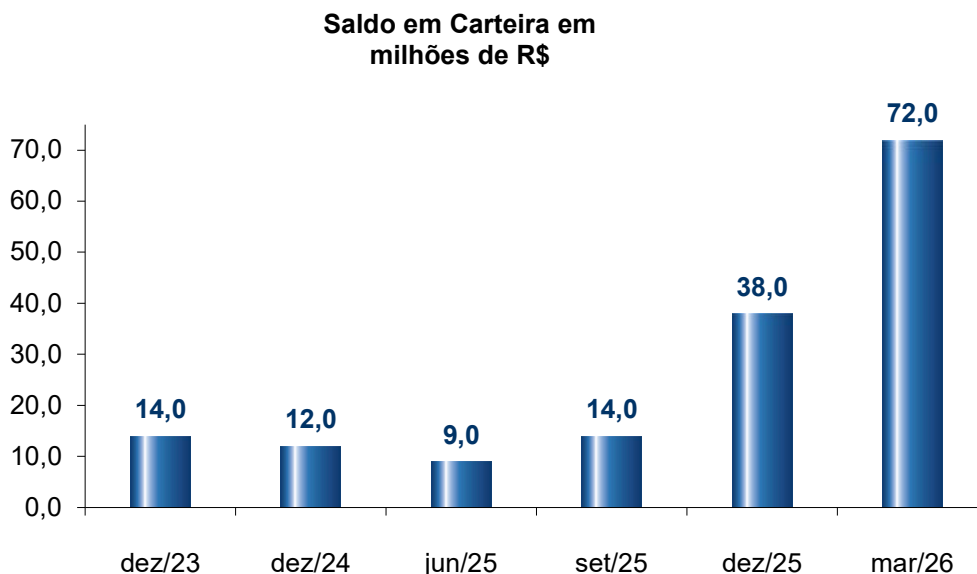
4. Evolução da Carteira de Pedidos. Conforme projetado em períodos anteriores, o desempenho do segundo semestre de 2025 superou o período inicial, confirmando a tendência de retomada comercial. O encerramento do exercício consolidou crescimento consistente no *backlog* de pedidos, fundamentado na reativação da capacidade

Comentário do Desempenho

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE 2026

produtiva e na diversificação de contratos nos setores de infraestrutura e energia.



O volume de propostas com chances de êxito tem crescido sistematicamente, principalmente nos setores de Óleo e Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista ao longo dos próximos exercícios.

5. Negócios em Desenvolvimento (Potencial R\$ Milhões)

A Companhia tem como objetivo crescer alinhada com essa tendência que o mercado vem apresentando e entende que o atual momento econômico no mundo e no Brasil para os setores onde ela atua há mais de 60 anos apresenta grandes oportunidades.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial Comentário do Desempenho

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE 2026

O Novo Ciclo Inepar: Pipeline de R\$ 22,4 Bilhões



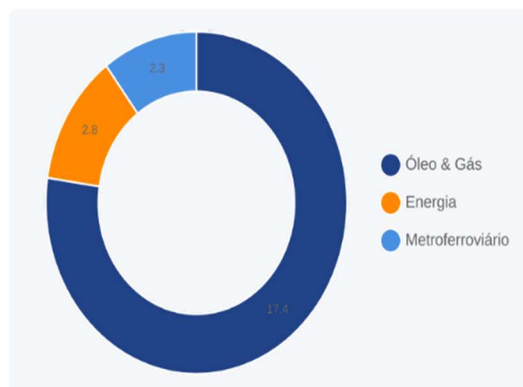
Projeção de Receita (2026-2030)



R\$ 2,69 Bi

RECEITA ACUMULADA (5 ANOS)

Composição do Pipeline por Setor



R\$ 17,4 Bi

ÓLEO & GÁS (77%)

R\$ 5,1 Bi

ENERGIA + METRO (23%)

Desempenho do 1º ITR de 2026

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO					
Valores Consolidados, (em milhares de reais)					
	1T26	4T25	AH%	1T25	AH%
Receita Operacional Bruta	3.465	3.105	11,6%	811	327%
Deduções e impostos sobre a venda	(603)	(409)	-47,4%	(98)	-515%
Receita Operacional Líquida	2.862	2.696	6,2%	713	301%
Custos dos produtos e serviços	(2.424)	(4.324)	43,9%	(2.095)	-16%
Lucro Bruto	438	(1.628)	126,9%	(1.382)	132%
Receitas e Despesas Operacionais	(32.501)	(118.996)	72,7%	(39.411)	18%
Despesas com vendas	(544)	(473)	-15,0%	(544)	0%
Perdas no recebimento de Crédito	(68)	(1.704)	96,0%	(480)	86%
Despesas Administrativas e gerais	(11.787)	(11.847)	0,5%	(16.401)	28%
Reversões/ (Provisões) de contingências	11.997	(58.965)	120,3%	(170)	7157%
Outras Receitas e Despesas	(30.498)	(44.284)	31,1%	(21.342)	-43%
Resultado da Avaliação de investimentos	(1.601)	(1.723)	7,1%	(474)	-238%
Resultado operacional	(32.063)	(120.624)	73,4%	(40.793)	21%
Despesas e Receitas Financeiras					
Despesas financeiras	(52.603)	(25.804)	-103,9%	(14.949)	-252%
Receitas financeiras	16.666	15.455	7,8%	4.180	299%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.000)	(130.973)	48,1%	(51.562)	-32%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(90)	-		-	
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	722	(268)	369,4%	388	86%
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(67.368)	(131.241)	48,7%	(51.174)	-32%

Análise do Resultado

Apresentamos, a seguir, as principais variações da Demonstração do Resultado - DRE, referentes ao período findo em 31 de março de 2026, em comparação com os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Resultado Operacional Bruto

O lucro bruto operacional acumulado no 1º ITR de 2026 foi positivo em R\$ 438 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 1,4 milhão registrado no mesmo período do exercício anterior. Em função do grande avanço alcançado nos projetos da carteira, principalmente no projeto junto à NUCLEP.

Essa variação positiva decorreu, principalmente, em função do grande avanço alcançado nos projetos em carteira, com destaque para o projeto junto à **NUCLEP**.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 11,8 milhões no 1º ITR de 2026, apresentando leve redução de R\$ 60 mil, ou 0,51%, em relação ao 4º de 2025, quando também totalizaram R\$ 11,8 milhões.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

Em comparação com o 1º ITR de 2025, as despesas administrativas e gerais apresentaram redução de R\$ 4,6 milhões, equivalente a 28,13%, passando de R\$ 16,4 milhões para R\$ 11,8 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas e físicas, que diminuíram R\$ 4,5 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A seguir, apresentamos o quadro com as principais rubricas que compõem as despesas gerais e administrativas:

Despesas Administrativas e Gerais	Valores Consolidados (em milhares de reais)				
	1T26	4T25	AH%	1T25	AH%
Honorários dos Administradores	(494)	(522)	5,36%	(374)	-32,09%
Salários, Encargos e Benefícios	(2.855)	(2.236)	-27,68%	(3.214)	11,17%
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Física	(5.591)	(5.956)	6,13%	(10.139)	44,86%
Condomínios	(559)	(778)	28,15%	(677)	17,43%
Depreciações Administrativas	(1.292)	(1.685)	23,32%	(1.390)	7,05%
Outras despesas	(996)	(670)	-48,66%	(607)	-64%
Total	(11.787)	(11.847)	0,51%	(16.401)	28,13%

A variação observada em comparação com o mesmo período de 2025 decorre, principalmente, de honorários advocatícios de êxito não recorrentes, reconhecidos em razão da finalização de acordos com credores que continham cláusulas de êxito vinculadas aos ganhos obtidos pela Companhia.

Outras Receitas e Despesas Líquidas

No 1º ITR de 2026, a rubrica de Outras Receitas e Despesas apresentou resultado negativo de R\$ 30.498, comparado ao resultado positivo de R\$ 8.315 no 4º ITR de 2025 e o resultado negativo de R\$ 21.342 no 1º ITR de 2025, conforme detalhes a seguir:

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

	Notas	1TR26	4TR25	AH%	1TR25	AH%
Outras Receitas e Despesas		(30.498)	(44.284)		(21.342)	
Outras Despesas						
1)Despesas com processos tributários	(a)	(21.778)	(1.328)	-1540%	(12.618)	-73%
2)Despesas com FIDC Taranis	(b)	(269)	(13)	-1969%	(8.775)	97%
3)Despesas com processos trabalhistas	(c)	(9.544)	(924)	-933%	(2.804)	-240%
4)Outras despesas operacionais	(d)	(1.845)	11.302	-116%	(943)	-96%
Total		(33.436)	9.037		(25.140)	
Outras Receitas						
5)Reversão de provisões diversas		1.299	(60.751)	102%	2.927	-56%
6)Receitas com aluguéis	(e)	802	2.525	-68%	688	17%
7)Outras receitas		240	2.036	-88%	104	131%
8)Recuperação de despesas		597	2.869	-79%	79	656%
Total		2.938	(53.321)		3.798	
Total geral		(30.498)	(44.284)		(21.342)	

Outras Despesas

a) **Processos Tributários:** As despesas tributárias referem-se ao registro de impostos objeto de parcelamentos, relacionados a processos judiciais que se encontravam em andamento e que, por decisão da Companhia, foram parcelados. Os valores que já estavam provisionados foram revertidos e estão refletidos na rubrica da DRE “Reversões/Provisões de Contingências”, no montante de R\$ 1,6 mil, enquanto o montante de R\$ 19,7 mil estava classificado como perda possível.

b) **FIDC Taranis:** Refere-se ao reconhecimento de **R\$ 269 mil** em despesas com prestadores de serviços vinculados ao fundo, no presente período.

c) **Processos Trabalhistas:** Refere-se ao reconhecimento de despesas no montante de R\$ 9,5 milhões com processos trabalhistas nos quais a Companhia celebrou acordos para liquidação dos respectivos passivos. Os valores correspondentes já se encontravam provisionados, tendo sido registrada a respectiva reversão contábil no período, no montante de R\$ 10,4 milhões. Os efeitos dessas movimentações estão refletidos na rubrica da DRE “**Reversões/Provisões de Contingências**”.

d) **Outras Despesas Operacionais:** Referem-se, principalmente, à ociosidade operacional, representada pelos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão do reduzido volume de projetos contratados.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026****Outras Receitas**

e) Receitas de aluguel: Refere-se à locação de áreas que não estão sendo utilizadas pela Companhia.

Receitas e Despesas Financeiras

Valores Consolidados (em milhares de reais)					
	1T26	4T25	AH%	1T25	AH%
Receitas e Despesas Financeiras	(35.937)	(10.349)		(10.769)	
Despesas Financeiras					
1) Atualização das obrigações fiscais e tributárias	(24.127)	(8.799)	-174%	11.721	-306%
2) Atualização de passivos financeiros (BNDES, Debêntures, outros)	(25.753)	(17.574)	-47%	(23.977)	-7%
3) Diversos	(2.723)	569	-579%	(2.693)	-1%
Total	(52.603)	(25.804)		(14.949)	
Receitas Financeiras					
4) Atualização créditos fiscais	15.222	2.872	430%	-	
5) Receitas de aplicações financeiras	1.185	-		16	7306%
6) Outras receitas financeiras	259	4.678	-94%	-	
7) Baixa de valores não reclamados	-	-		4.164	-100%
8) Descontos obtidos	-	396	-100%	-	
9) Atualização de depósitos judiciais Swiss Re e Metrô-SP	-	1.445	-100%	-	
10) Diversos	-	(244)	100%	-	
11) Atualização do acordo Metrô-SP	-	6.308	-100%	-	
Total	16.666	15.455		4.180	
Total líquido	(35.937)	(10.349)		(10.769)	

Resultado Financeiro Líquido**Despesas Financeiras**

As despesas financeiras totalizaram, no consolidado, **R\$ 52,6 milhões** no 1º ITR de 2026, representando aumento de **R\$ 26,8 milhões** em relação ao montante registrado no 4º ITR de 2025. Esse incremento decorre, principalmente, da atualização monetária e dos encargos incidentes sobre os passivos remanescentes da Companhia, com destaque para:

- **Passivos tributários:** referem-se à atualização das obrigações vinculadas à Transação Tributária e aos parcelamentos ordinários junto aos órgãos federais, estaduais e municipais.
- **Passivos financeiros e estruturados:** referem-se aos encargos incidentes sobre o endividamento junto ao BNDES, às debêntures da 5ª emissão e aos demais instrumentos financeiros da Companhia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**Receitas financeiras**

As receitas financeiras totalizaram R\$ 16,6 milhões no 1º trimestre de 2026, valor ligeiramente superior aos R\$ 15,4 milhões registrados no 4º trimestre de 2025 e significativamente superior aos R\$ 4,1 milhões apurados no 1º trimestre de 2025.

O principal destaque foi a atualização de créditos fiscais, no montante de R\$ 15,22 milhões, que compensou parcialmente o aumento das despesas financeiras do período.

De forma geral, o resultado financeiro do 1º trimestre de 2026 foi impactado, principalmente, pela atualização dos passivos tributários e financeiros, incluindo obrigações com o BNDES, debêntures e demais encargos contratuais, sendo parcialmente compensado pela atualização de créditos fiscais registrada no período.

Principais Variações nas contas Patrimoniais do 1º ITR de 2026**Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$ 16.905 mil, passando de R\$ 17.320 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 415 mil em 31 de março de 2026.

Essa redução decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados no período para liquidação de salários, férias, rescisões trabalhistas e passivos concursais relacionados ao Plano de Recuperação Judicial, refletindo a utilização dos recursos disponíveis para cumprimento das obrigações operacionais e compromissos assumidos pela Companhia.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes apresentou acréscimo de R\$ 2.509 mil, passando de R\$ 4.805 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 7.314 mil em 31 de março de 2026, representando aumento de aproximadamente 52,2% no período.

Essa variação decorre, principalmente, do registro de valores a receber relativos a reembolsos de despesas e cobranças antecipadas de aluguéis vinculados às áreas e instalações do imóvel de Araraquara, refletindo o aumento dos créditos a receber pela Companhia no 1º ITR de 2026.

Outros créditos

O saldo de outros créditos apresentou redução de R\$ 4.398 mil, passando de R\$ 37.029 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 32.631 mil em 31 de março de 2026, representando uma redução de aproximadamente 11,9% no período.

A variação decorre, principalmente, da devolução parcial de valores mantidos em garantia, constituídos no âmbito da negociação de alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**Obrigações fiscais, tributárias**

O saldo de obrigações fiscais e tributárias classificadas no passivo não circulante apresentou acréscimo de R\$ 27.332 mil, passando de R\$ 296.211 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 323.543 mil em 31 de março de 2026.

A variação decorre principalmente da atualização financeira dos passivos fiscais e tributários, bem como do reconhecimento de novos parcelamentos relacionados a processos e obrigações em andamento.

Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas apresentou acréscimo de R\$ 8.327 mil, passando de R\$ 79.798 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 88.125 mil em 31 de março de 2026. A variação decorre, principalmente, das transações realizadas entre empresas do grupo no decorrer do trimestre, bem como das respectivas atualizações e correções monetárias incidentes sobre os saldos existentes. Tais movimentações estão relacionadas às operações usuais mantidas entre as partes relacionadas, incluindo repasses, reembolsos, compartilhamento de despesas, mútuos e demais obrigações decorrentes da estrutura operacional e financeira do grupo.

Provisões para contingências

O saldo de provisões para contingências apresentou redução de R\$ 12.017 mil, passando de R\$ 255.643 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 243.626 mil em 31 de março de 2026.

A redução decorre, principalmente, da liquidação de processos trabalhistas e tributários mediante acordos celebrados entre as partes. Adicionalmente, houve reversão de contingências tributárias em razão da adesão da Companhia a parcelamentos fiscais, nos quais foram incluídos determinados processos que se encontravam em andamento.

A Companhia realiza, anualmente, por ocasião do fechamento do balanço, procedimentos de circularização junto aos seus advogados internos e externos, com o objetivo de atualizar a avaliação dos processos judiciais e administrativos em curso. Os ajustes contábeis são reconhecidos à medida que há alteração na situação processual, celebração de acordos, liquidação de obrigações ou mudança na expectativa de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos e critérios previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

Balanço Patrimonial Gerencial

Apresentamos, a seguir, o Balanço Gerencial encerrado em 31 de março de 2026. Esta demonstração tem caráter informativo e visa evidenciar o potencial de solvência da Companhia ao considerar ativos monetizáveis judicializados que, por força das normas contábeis vigentes, não estão refletidos no balanço societário.

Com o reconhecimento gerencial desses ativos, com base em expectativa de realização baseada em probabilidade de êxito superior a 50% (conforme detalhado em seção

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

específica), o Patrimônio Líquido passaria do montante negativo de R\$ 1,7 milhões para um saldo positivo de R\$ 5,2 mil. Este indicador demonstra a robusta capacidade de recuperação da Companhia por meio da monetização de seus créditos judiciais(claims).

(Em milhares de reais)

Consolidado em 31 de março de 2026

Consolidado em 31 de dezembro de 2025

	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	415	-	415	17.320	-	17.320
Contas a receber de clientes	7.314	-	7.314	4.805	-	4.805
Estoques	9.781	-	9.781	7.927	-	7.927
Tributos a recuperar	66.249	-	66.249	67.826	-	67.826
Outros créditos	32.631	-	32.631	37.029	-	37.029
Total do Ativo Circulante	116.390	-	116.390	134.907	-	134.907
Não Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	189	-	189	186	-	186
Títulos e valores mobiliários	-	769.000	769.000	-	769.000	769.000
Impostos a recuperar	-	237.113	237.113	-	237.113	237.113
Depósitos judiciais	19.213	-	19.213	19.374	-	19.374
Outros créditos	250	1.669.000	1.669.250	5	1.669.000	1.669.005
Investimentos	89.568	-	89.568	90.737	-	90.737
Imobilizado	111.533	-	111.533	113.686	-	113.686
Intangível	11.696	-	11.696	11.696	-	11.696
Total do Ativo Não Circulante	232.449	2.675.113	2.907.562	235.684	2.675.113	2.910.797
Total do Ativo	348.839	2.675.113	3.023.952	370.591	2.675.113	3.045.704

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026

	Consolidado em 31 de março de 2026			Consolidado em 31 de dezembro de 2025		
	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	45.022	-	45.022	43.936		43.936
Instituições financeiras	333.064	-	333.064	324.494		324.494
Debêntures	19.002	-	19.002	18.591		18.591
Obrigações sociais e trabalhistas	106.902	-	106.902	105.445		105.445
Obrigações fiscais e tributárias	181.183	-	181.183	180.509		180.509
Dividendos propostos	3.317	-	3.317	3.317		3.317
Adiantamentos de clientes	2.718	-	2.718	3.231		3.231
Títulos a pagar	163.560	-	163.560	156.983		156.983
Outras contas a pagar	71.698	-	71.698	69.228		69.228
Total do Passivo Circulante	926.466	-	926.466	905.734	-	905.734
Não Circulante						
Instituições financeiras	192.229	-	192.229	195.277		195.277
Debêntures	294.720	-	294.720	290.390		290.390
Obrigações fiscais e tributárias	323.543	-	323.543	296.211		296.211
Partes relacionadas	88.125	-	88.125	79.798		79.798
Títulos a pagar	14.960	-	14.960	14.960		14.960
Tributos diferidos	-	903.743	903.743	-	903.743	903.743
Provisão de custos e encargos	12.834	-	12.834	12.565	-	12.565
Provisões para contingências	243.626	-	243.626	255.643		255.643
Provisão passivo a descoberto	15.728	-	15.728	15.549		15.549
Outras contas a pagar	2.722	-	2.722	2.743		2.743
Total do Passivo Não Circulante	1.188.487	903.743	2.092.230	1.163.136	903.743	2.066.879
Patrimônio Líquido						
Participação dos minoritários	(14.481)		(14.481)	(13.601)		(13.601)
Patrimônio líquido da controladora						
Capital social	576.172	-	576.172	576.172		576.172
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)		(3.073)
Reserva de capital	184.417	-	184.417	184.417		184.417
Reserva de reavaliação	23.646	-	23.646	24.158		24.158
Debêntures perpétuas	386.953	-	386.953	386.953		386.953
Créditos quirografários a converter	364	-	364	364		364
Prejuízos acumulados	(3.755.698)	1.771.370	(1.984.328)	(3.689.380)	1.771.370	(1.918.010)
Ajuste de avaliação patrimonial	835.586	-	835.586	835.711		835.711
	(1.751.633)	1.771.370	19.737	(1.684.678)	1.771.370	86.692
Total do Patrimônio Líquido	(1.766.114)	1.771.370	5.256	(1.698.279)	1.771.370	73.091
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	348.839	2.675.113	3.023.952	370.591	2.675.113	3.045.704

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Gerenciais**Nota 01 – Ativos Contingentes (Pleitos com Clientes)**

Em estrita observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não reconhece em suas demonstrações financeiras societárias ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos não seja praticamente certa. Tal restrição normativa,

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

fundamentada no princípio da prudência, limita a representação imediata de ativos que ainda dependem de desfechos judiciais quanto ao seu valor, prazo e liquidez.

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 31/03/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.153		
Provável recebimento	1.586	1.130	71%
Possível recebimento	941	539	57%
Remoto recebimento	626	134	21%
TOTAL	3.153	1.803	57%

A classificação de risco dos processos judiciais em **provável, possível ou remota** é fundamentada em relatórios mensais elaborados pelos assessores jurídicos externos (patronos das causas). A mensuração dos valores atribuídos aos pleitos considera, em outros fatores, tanto no histórico de êxito da Companhia em pleitos análogos quanto na análise técnica da probabilidade de celebração de acordos administrativos e judiciais.

Considerando-se exclusivamente os montantes classificados com perda estimada como **provável e possível**, a Companhia estima uma realização financeira potencial de **R\$ 1,6 milhão**, o que representa um índice de recuperação de 53% sobre o valor nominal dos pleitos.

Nota 02 – Ativos Contingentes (Pleitos com Clientes do FIDC TARANIS)

Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados os ativos aportados no **FIDC Taranis-NP**, representados por créditos decorrentes de aditivos contratuais em discussão nas esferas judicial e administrativa. O estágio processual de tais ativos abrange desde fases periciais até decisões de primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é estruturado sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definido pela regulamentação da CVM.

A expectativa de monetização projetada pela Administração é de **R\$ 914 milhões** ao longo dos próximos exercícios, representando um índice estimado de recuperação de 52%, patamar condizente com os padrões históricos da Companhia, acima citado de 60%.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026**

FIDC TARANIS - CLAIMS - 31/03/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.742		
Provável recebimento	547	448	82%
Possível recebimento	615	321	52%
Remoto recebimento	580	145	25%
TOTAL	1.742	914	52%

Auditoria Independente

Em atendimento às disposições da **Resolução CVM nº 162**, de 13 de julho de 2022, a **INEPAR** informa que, no período de 31 de março de 2026, a **PP&C Auditores Independentes S/S** não prestou qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras. A Companhia adota como política corporativa a estrita observância às regulamentações que definem as restrições de serviços e a independência dos auditores externos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram auditadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (**IFRS**), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ressalta-se que as informações de natureza não financeira, bem como os dados operacionais e gerenciais, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte dos auditores independentes.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às normas da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e aprovou as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2026. Com relação às opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, a Administração informa que compreende os critérios técnicos utilizados para a emissão do parecer; todavia, reitera que a Companhia apresenta as condições necessárias para a **continuidade operacional**.

Tal entendimento é corroborado pelo próprio parecer dos auditores, ao mencionar que: *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos ‘Claims’ e, com esses recursos, honrando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para a elevação da ocupação da capacidade fabril a níveis satisfatórios e para o encerramento do processo de recuperação judicial.”*

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO
DE 2026

Em consonância com as orientações de nossos auditores e pautada pelo compromisso com a transparência, a Administração apresenta informações complementares em notas explicativas e técnicas. Esses dados fundamentam o Balanço Gerencial ora apresentado, o qual visa demonstrar a situação patrimonial prospectiva da Companhia, considerando eventos factuais e créditos em fase de realização.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Antonio Augusto Pires Junior– Diretor-Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A. Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, a fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; à exploração e ao beneficiamento de petróleo e gás; à infraestrutura para movimentação de cargas; ao transporte ferroviário e metroviário; à implantação e à expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; e a participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento, estamos buscando parcerias importantes nas áreas de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário, entre outros.

Embora a Companhia e suas controladas, apresentem o prejuízo de R\$ 66.484 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026 (50.464 mil em 31 de março de 2025) e passivo circulante superior a R\$ 631.562 mil na controlada e R\$ 810.076 mil no consolidado (R\$ 612.775 mil e 770.827 mil respectivamente em 31 de dezembro de 2025), a Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, com o objetivo de gerar novos empregos, equilibrar seu fluxo de caixa e encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível. Para tanto, mantém a busca contínua por novos clientes, novos mercados e parceiros estratégicos.

O volume de propostas com chances de êxito vem crescendo sistematicamente, especialmente nos setores de Óleo & Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista para os próximos anos.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/14, a Inepar S.A. Indústria e Construções ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/14, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

Em 21/05/18, foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM, que compreende apenas ativos relativos à unidade de produção de hidrogeração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item relevante a ser destacado refere-se às emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas com base nos lucros, sem qualquer deságio sobre o valor de face das dívidas novadas e estruturadas com elementos alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

Destaca-se, ainda, a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), mediante a integralização de ativos atualmente em fase final de negociação dos créditos. Esses créditos serão utilizados, prioritariamente, para a liquidação de passivos junto a instituições financeiras e demais credores.

Além dos créditos em discussão já integralizados no FIDC Taranis, a Companhia detém um volume expressivo de outros créditos da mesma natureza, que igualmente serão destinados à liquidação das dívidas concursais e extraconcursais.

As Organizações Inepar/Iesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização desses ativos (claims) ao longo de sua história, e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a aproximadamente R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano nos últimos três anos.

Em 07/11/2022, a Companhia, cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 33,6	R\$ 33,6	R\$ 180,1
Classe II		Em discussão BNDES	-	R\$ 315,0
Classe III	-	-	-	R\$ 1.753,6
Classe IV	-	R\$ 13,6	R\$ 13,6	R\$ 31,1
TOTAL	-	R\$ 47,2	R\$ 47,2	R\$ 2.279,8

A Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, com o objetivo de gerar novos empregos, equilibrar seu fluxo de caixa e encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível. Para tanto, mantém a busca contínua por novos clientes, novos mercados e parceiros estratégicos.

O volume de propostas com chances de êxito vem crescendo sistematicamente, especialmente nos setores de Óleo & Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista para os próximos anos.

Nesse contexto, a carteira de pedidos da Companhia apresentou evolução de R\$ 38 milhões em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 72 milhões em 31 de março de 2026.

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2026.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente, "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções e de suas controladas, apresentadas a seguir:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	45,03	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento, e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída com base na expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, da mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizados e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante, decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de Arrendamento Mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de Arrendamento Mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear, ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços forem transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato, em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48 / IFRS 7 e 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;
- CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, correspondente à IFRS 18, foi aprovado pelo CPC em 10 de outubro de 2025, divulgado em 7 de janeiro de 2026 e aprovado pela CVM por meio da Resolução CVM nº 237, de 23 de dezembro de 2025.

Esse pronunciamento substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A nova norma será aplicável aos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e introduz alterações relacionadas, principalmente, à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, com destaque para a estrutura da demonstração do resultado, os critérios de agregação e desagregação de informações e as divulgações relativas a medidas de desempenho definidas pela administração, quando aplicáveis.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não concluiu a avaliação completa dos impactos decorrentes da adoção inicial do CPC 51. Com base na avaliação preliminar realizada até o momento, a Administração entende que os principais efeitos esperados estarão relacionados à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais normas, interpretações e alterações possam ter sobre suas demonstrações financeiras, na medida em que esses normativos sejam regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou o Sistema Tributário Nacional, instituindo as bases para a Reforma Tributária sobre o consumo, com a substituição gradual de tributos atuais por um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, e pelo IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou inicialmente a matéria, instituindo o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, bem como regras gerais, regimes específicos e o período de transição.

A Companhia acompanha a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas operações, sistemas fiscais, obrigações acessórias, formação de preços e fluxo de caixa.

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e por suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e é paga na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	19.405	19.405
Aplicações financeiras	37	-	37	Empréstimos e financ.	311.782	311.782
Contas a receber	-	358	358	Debêntures	18.591	18.591
Titulos valores mobiliários	-	-	-	Titulos a pagar	156.983	156.983
Outros créditos	-	371	371	Outras contas a pagar	51.233	51.233
Total circulante	37	729	766	Total circulante	557.994	557.994
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	-	-	Empréstimos e financ.	195.277	195.277
Titulos a receber	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Outros créditos	-	-	-	Outras contas a pagar	1.234	1.234
Total não circulante	-	-	-	Total não circulante	486.901	486.901
TOTAL GERAL	37	729	766	TOTAL GERAL	1.044.895	1.044.895

Ativos financeiros em 31/03/2026 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/03/2026 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	6	-	6	Fornecedores	19.626	19.626
Aplicações financeiras	76	-	76	Empréstimos e financ.	320.092	320.092
Contas a receber	-	416	416	Debêntures	19.002	19.002
Titulos valores mobiliários	-	-	-	Titulos a pagar	163.560	163.560
Outros créditos	-	363	363	Outras contas a pagar	54.216	54.216
Total circulante	82	779	861	Total circulante	576.496	576.496
Não circulante				Não circulante		
Aplicações financeiras	28	-	28	Empréstimos e financ.	192.229	192.229
Titulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	294.720	294.720
Total não circulante	28	-	28	Outras contas a pagar	1.183	1.183
TOTAL GERAL	110	779	889	TOTAL GERAL	1.064.628	1.064.628

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	116	-	116	Fornecedores	43.936	43.936
Aplicações financeiras	17.204	-	17.204	Empréstimos e financiam.	324.494	324.494
Contas a receber	-	4.805	4.805	Debêntures	18.591	18.591
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	156.983	156.983
Outros créditos	-	37.029	37.029	Outras contas a pagar	69.228	69.228
Total circulante	17.320	41.834	59.154	Total circulante	613.232	613.232
Não circulante				Não circulante		
Aplicações financeiras	186	-	186	Empréstimos e financiam.	195.277	195.277
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Outros créditos	-	-	-	Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	2.743	2.743
Total não circulante	186	-	186	Total não circulante	503.370	503.370
TOTAL GERAL	17.506	41.834	59.340	TOTAL GERAL	1.116.602	1.116.602

Ativos financeiros em 31/03/2026 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/03/2026 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	89	-	89	Fornecedores	45.022	45.022
Aplicações financeiras	326	-	326	Empréstimos e financiam.	333.064	333.064
Contas a receber	-	7.314	7.314	Debêntures	19.002	19.002
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	163.560	163.560
Outros créditos	-	32.631	32.631	Outras contas a pagar	71.698	71.698
Total circulante	415	39.945	40.360	Total circulante	632.346	632.346
Não circulante				Não circulante		
Aplicações financeiras	189	-	189	Empréstimos e financiam.	192.229	192.229
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	294.720	294.720
Outros créditos	-	-	-	Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	2.722	2.722
Total não circulante	189	-	189	Total não circulante	504.631	504.631
TOTAL GERAL	604	39.945	40.549	TOTAL GERAL	1.136.977	1.136.977

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas; todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	6	6	89	86
Aplicação financeira	104	59	515	17.420
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	65	604	17.506
Circulante	82	37	415	17.320
Não circulante	28	28	189	186

A partir do 2º trimestre de 2025, as aplicações financeiras referentes a valores bloqueados em contas, em decorrência de processos trabalhistas, foram reclassificadas para o não circulante. Dessa forma, tais aplicações, no montante de R\$ 28 na controladora e R\$ 189 no consolidado, não apresentam liquidez imediata, permanecendo remuneradas pelos índices da poupança. Os departamentos Jurídico e Financeiro encontram-se empenhados em regularizar os referidos bloqueios, com o objetivo de viabilizar o resgate dos valores retidos.

As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 415 em 31 de março de 2026 no consolidado, classificadas no circulante, pertencem às empresas controladas e são remuneradas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são oriundas de recebimentos de operações operacionais e não operacionais.

Nossas aplicações e movimentações financeiras são efetuadas em instituições de credibilidade comprovada e sem riscos de insolvência. Ressalta-se que não mantemos transações com o Banco Master.

A redução do saldo de R\$ 17.320, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 415, em 31 de março de 2026, refere-se aos pagamentos efetuados para liquidação de salários, férias, rescisões e passivos concursais, relacionados ao plano de recuperação judicial.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Clientes interno (a)	6.295	6.237	75.768	73.515
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.879)	(5.879)	(68.454)	(68.710)
	416	358	7.314	4.805
Circulante	416	358	7.314	4.805

- a) O acréscimo de R\$ 2,5 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2025, que passou para R\$ 7.314 em 31 de março de 2026, refere-se, principalmente, à cobrança de reembolsos de despesas e de aluguéis das áreas das instalações do imóvel de Araraquara.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 7 – Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Produtos em elaboração	7.742	5.871
Insumos e materiais	1.770	1.868
Adiantamentos a fornecedores	269	188
	9.781	7.927

A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Esses custos permanecem registrados no ativo até que sejam reconhecidas as receitas correspondentes, momento em que são transferidos ao resultado, em consonância com o CPC 16 – Estoques, na medida em que representam bens ou serviços em processo de execução.

Nota 8 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar (a)	1	-	62.888	56.700
ICMS a recuperar	-	-	601	640
IPI a recuperar	755	756	966	961
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	576	642
Demais créditos (b)	-	-	1.218	8.883
	756	756	66.249	67.826
Circulante	756	756	66.249	67.826

- a) Os valores apresentados no consolidado referem-se, principalmente, à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses valores vêm sendo utilizados, por meio de PER/DCOMP, para a liquidação de impostos correntes. A Companhia está trabalhando na utilização desse crédito para a liquidação de parcelas da transação tributária.

A variação dos saldos observada em relação ao período encerrado em dezembro de 2025 decorre da atualização financeira.

Portanto, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS não devem ser considerados como receitas tributáveis, conforme decisão do STF proferida no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR (Tema 69).

- b) Corresponde, em sua maioria, a créditos do Programa Reintegra e a processos administrativos de pedidos de restituição de contribuições previdenciárias (INSS), recolhidas indevidamente junto à Receita Federal do Brasil.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 9 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento a Empregados	363	371	721	769
Outros créditos (a)	-	-	32.160	36.265
Total	363	371	32.881	37.034
Circulante	363	371	32.631	37.029
Não circulante	-	-	250	5

- a) A rubrica de **Outros Créditos** refere-se, principalmente, ao saldo da garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante original de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas, com o objetivo de mitigar riscos e responsabilidades da ICTSI.

Do montante original de R\$ 57,7 milhões, permanecia, em 31 de março de 2026, saldo de R\$ 31,5 milhões, correspondente ao valor ainda vinculado à finalidade da referida garantia.

O valor garantido vem sendo restituído à medida que os respectivos processos trabalhistas são liquidados pela Inepar.

A Companhia vem mantendo contato com os responsáveis pelos processos trabalhistas, com o objetivo de viabilizar a celebração de acordos e a consequente utilização dos recursos depositados na conta escrow para liquidação das respectivas obrigações.

Nota 10 – Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participação em controladas/coligadas (a)	792.573	779.215	46.071	47.240
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	43.497	43.497
	792.573	779.215	89.568	90.737

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
31/12/2025							
Em 31 de dezembro de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(	437.433	825.472	(231.305)	(1.031.600)	100,00%	-	(231.305)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.289	12.216	51	172.073	99,99%	172.055	51
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	330.045	86.855	(6.757)	243.190	100,00%	243.190	(6.757)
Innovida Participações S.A.	18.709	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	-	(34)
CBD Adm e Participações S.A. (ii)	363.751	261	(39.217)	363.490	99,99%	363.490	(38.771)
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.096	2.515	(934)	14.581	0,01%	-	(1)
Fidc Tarânis	619.117	10.249	-	608.868	0,00%	480	-
						779.215	(276.817)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Liquido	Participação	Investimento	Equivalência
31/03/2026							
Em 31 de março de 2026							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(	145.143	1.300.823	(39.125)	(1.057.298)	100,00%	-	(39.125)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.586	12.315	198	172.271	99,99%	172.253	198
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	326.158	83.797	(828)	242.361	100,00%	242.361	(828)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.206	(2)	(9.496)	100,00%	-	(2)
CBD Adm e Participações S.A. (ii)	363.421	315	(612)	363.106	99,99%	363.106	(612)
Enisa Inovação e Infraestrutura	33.558	4.503	103	29.055	0,01%	14.373	-
Fidc Tarânis	619.119	10.263	-	608.856	0,00%	480	-
						792.573	(40.369)

Consolidado

Consolidado							Resultado
				Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	31/12/2025
Em 31 de dezembro de 2025							
QUIP S.A	75.875	95.471	(19.596)	(88.165)	13,25%	-	(2.596)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	-	-
QGI BRASIL	155.446	4.102	110	151.344	19,53%	29.558	22
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(54)	(1.165)	35,00%	-	(19)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis (iv)	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A	363.751	261	(38.772)	363.490	99,9998%	2.345	(2.382)
						90.737	(4.975)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
31/03/2026							
Em 31 de março de 2026							
QUIP S.A.	76.485	77.838	(1.352)	(107.813)	13,25%	-	(179)
QGI BRASIL	154.969	4.098	(647)	150.871	19,53%	29.466	(92)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(71)	(1.165)	35,00%	-	(26)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis (iv)	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.206	(2)	(9.496)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	363.421	315	(612)	363.106	99,9998%	1.268	(1.304)
						89.568	(1.601)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.: A Companhia controladora efetuou uma capitalização em 2003, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercado, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003, e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja vista que indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) CBD Administração Participações S.A

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30 de agosto de 2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Em 13 de setembro de 2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital foi efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30 de setembro de 2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituída uma classe única de cotas.

Em 18 de outubro de 2024, através da AGE da CBD – Diques, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo remanescente de R\$ 26,1 milhões, foi vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2 milhões, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Os valores correspondentes a 37,82% do patrimônio da CBD – Diques e às 4.134 cotas do Fundo Inhaúma foram contabilizados na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 01 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Em 31 de março de 2026, CBD-Administração e Participações S/A apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores em milhares:

	31/03/2026	31/12/2025
ATIVO		
Circulante	32.379	36.698
Não Circulante		
Partes relacionadas	318.081	313.016
Investimentos	1.268	2.344
Intangível	11.693	11.693
Total do Ativo	363.421	363.751

PASSIVO		
Circulante	315	261
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	(90)	(90)
Prejuízos acumulados	(39.829)	(39.217)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.966	1.738
Total do Passivo	363.421	363.751

Os valores dos Investimentos e do Intangível referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

	31/03/2026	31/12/2025
Descrição		
Companhia Brasileira de Diques S/A(b)	1.268	2.344
Ágio s/investimentos Companhia Brasileira de Diques S/A	11.693	11.693
	12.961	14.037

a) Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2025, a controlada CBD Administração e Participações S.A. alienou sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). A liquidação ocorreu no mercado de balcão organizado, operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 17 de abril de 2025.

Adicionalmente, foi esclarecido que o Estaleiro Inhaúma é composto por três imóveis distintos, sendo que apenas um deles, de propriedade do referido Fundo de Investimentos Imobiliário, foi objeto da alienação. Os demais imóveis permanecem sob titularidade da CBD-Diques.

A alienação foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme mencionado no referido fato relevante. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, em razão do cumprimento de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, destacando-se a dedução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, bem como de outras obrigações contratuais. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.490, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato, a operação foi concluída em 17 de abril de 2025, ocasião em que a Companhia recebeu os saldos líquidos dos recursos decorrentes da alienação.

Na nota explicativa 29 apresentamos o resultado dessa alienação.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) O saldo de R\$ 1.268 mil representa a participação de 37,82% sobre o patrimônio líquido da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme definido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, emitida em 18 de outubro de 2024.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) O Fundo Taranis: Em abril de 2019, as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios), entende que há previsibilidade de que o FIDC possa gerar ganhos que, mensurados a valor presente, chegam a R\$ 619 milhões, valor este correspondente às cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Observações:

O Fundo Taranis foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 31/12/2025, a carteira do Fundo está composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no Fundo, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

As despesas incorridas nessa operação do Fundo no montante de R\$ 10,531 milhões estão contabilizadas em contas de provisão para perdas. (Apresentado na nota 17)

A Inepar apresenta, no Relatório da Administração/Comentários de Desempenho, os valores dessa operação do Fundo, objetivando a transparência nas informações divulgadas à Companhia.

b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio–Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores. Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo à determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos.

Com base nesse Laudo de Avaliação emitido em 05 de maio de 2025, os valores registrados nesta rubrica encontram-se atualizados e refletem o valor atribuído ao imóvel objeto da avaliação.

A Administração analisou a recuperabilidade do referido ativo e concluiu que não há evidências de perda por impairment a ser reconhecida contabilmente, uma vez que o valor contábil do imóvel não supera o valor recuperável indicado no laudo de avaliação.

Dessa forma, não houve necessidade de constituição de provisão para impairment relacionada a este imóvel no período analisado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 11 – Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	Total
Em 31 de Dezembro de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(60.497)	(1.142)	(61.639)
Valor contábil líquido	10.188	55.894	203	66.285
Depreciação	-	(735)	(5)	(740)
Saldo Final	10.188	55.159	198	65.545
Em 31 de Março de 2026				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(61.232)	(1.147)	(62.379)
Valor contábil líquido	10.188	55.159	198	65.545

Consolidado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2025							
Custo	14.588	146.241	72.050	4.471	8.739	2.634	248.723
Depreciação Acumulada	-	(71.015)	(49.890)	(4.438)	(8.515)	(1.179)	(135.037)
Valor contábil líquido	14.588	75.226	22.160	33	224	1.455	113.686
Adições	-	-	-	-	51	118	169
Baixas	-	-	-	-	-	(877)	(877)
Depreciação	-	(822)	(593)	(1)	(6)	(23)	(1.445)
Saldo Final	14.588	74.404	21.567	32	269	673	111.533
Em 31 de Março de 2026							
Custo	14.588	146.241	72.050	4.471	8.790	2.752	248.892
Depreciação Acumulada	-	(71.837)	(50.483)	(4.439)	(8.521)	(2.079)	(137.359)
Valor contábil líquido	14.588	74.404	21.567	32	269	673	111.533

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as leis 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial à deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e à deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como para o imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram: o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 12 – Intangível

CONSOLIDADO

	Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2025			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	60	391.513	391.573
Amortização	(57)	-	(57)
Baixas		(379.820)	(379.820)
Saldo Final	3	11.693	11.696
Em 31 de março de 2026			
Custo	35.007	11.693	46.700
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
Valor contábil líquido	3	11.693	11.696

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD) foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfez o valor total de R\$ 1.217 milhões, efetuada em 2012.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, relativo ao investimento anteriormente registrado na controladora, foi aportado na controlada CBD Administração e Participações S.A., conforme deliberado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Conforme fato relevante em 22/04/2025, a sua controlada CBD Administração e Participações S.A., vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) na data de 17/04/2025.

Após o cumprimento das obrigações precedentes, o fechamento ocorreu em 17/04/2025, e seus efeitos estão registrados contabilmente no exercício de 2025.

Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários, procedeu-se à baixa parcial do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras Receitas e Despesas (nota explicativa 30).

O ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, o que impactou a linha de “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no exercício de 2025, no montante de R\$ 379,8 milhões.

A alocação do ágio foi efetuada conforme as particularidades do imóvel, consideradas individualmente em cada uma de suas porções, representadas pelas respectivas matrículas, de acordo com o laudo emitido pela empresa NVR Auditores e Consultores. Esse laudo teve por objetivo a avaliação de ativos e passivos da empresa, para fins de desdobramento do valor do ágio ou deságio, com base em procedimentos específicos relacionados ao *Purchase Price Allocation* (PPA).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 13 – Instituições Financeiras

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo Permanente	319.413	311.103	319.414	311.104
Capital de Giro	679	679	13.650	13.390
Total Circulante	320.092	311.782	333.064	324.494
Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo Permanente	147.555	151.801	147.555	151.801
Capital de Giro	44.674	43.476	44.674	43.476
Total Não Circulante	192.229	195.277	192.229	195.277
Total de Empréstimos e Financiamentos	512.321	507.059	525.293	519.771
Por Data de Vencimento / Em negociação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Vencidos	320.093	311.783	332.964	324.394
Em até 12 meses	20.126	19.951	20.226	20.050
De 1 a 2 anos	30.735	30.265	30.735	30.265
De 2 a 3 anos	30.735	30.265	30.735	30.265
De 3 a 4 anos	30.735	30.265	30.735	30.265
De 4 a 5 anos	30.735	30.265	30.735	30.265
Acima de 5 anos	49.162	54.265	49.163	54.267
Total de Empréstimos e Financiamentos	512.321	507.059	525.293	519.771
Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Reais - R\$	512.321	507.059	525.293	519.771
Total de Empréstimos e Financiamentos	512.321	507.059	525.293	519.771

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os bancos credores, sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes e bens imóveis que atualmente não estão sendo utilizados como operacionais pela Empresa, tais como os imóveis em Magé e Macaé.

As variações ocorridas na controladora e no consolidado, entre 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se às atualizações financeiras dos passivos, com destaque, principalmente, para os valores relacionados ao BNDES e à Fundação Petros.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	31/12/2025	Adições/Baixas	31/03/2026
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.540	14	2.554
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.881	261	7.142
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	299.560	4.466	304.026
		308.981	4.741	313.722
Circulante		18.591		19.002
Não circulante		290.390		294.720

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: Será liquidada com o saldo das debêntures perpétuas emitidas.

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando o montante de R\$ 150.000. As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento particular de transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Trata-se de ação de execução inicialmente movida por BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciária da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures de Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, tendo figurado como fiadoras e demais garantidoras Inepar Administração e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e Iesa Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (“5ª Emissão de Debêntures”).

O acordo celebrado em 31/03/2021 foi declarado antecipadamente vencido pelos Debenturistas. Em razão disso, o credor iniciou a execução da dívida, requerendo, entre outras medidas, a liquidação das cotas do FIDC Taranis, do qual os Debenturistas são detentores de 172 mil cotas.

A Inepar tomou as medidas necessárias visando à extinção da execução no valor pretendido, diante da tese de concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão. Eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei nº 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial aplicável aos credores quirografários.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 15- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	180.332	177.410	343.203	336.677
ICMS a recolher/ parcelamentos	33.235	33.205	41.972	40.517
Inss a recolher	26	25	57	49
Pis/Cofins Diferidos	2.889	2.889	14.012	14.012
ISS a recolher/Parcelamentos	10.068	9.988	32.670	36.028
Pis/Cofins a recolher	61	139	2.788	2.686
Provisão IR/ CSLL	-	-	29	-
Impostos e Contribuições retidos na fonte	19	148	515	650
Parcelamento Simplificado RFB	2.945	2.340	3.430	2.688
Parcelamento PGFN Convencional 2025	12	31	10.812	9.694
Parcelamento PGFN Edital PGDAU nº 6/2024	10.156	11.255	25.104	25.831
Outros	2.899	1.694	30.134	7.888
	242.642	239.124	504.726	476.720
Circulante	47.269	46.789	181.183	180.509
Não circulante	195.373	192.335	323.543	296.211

a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débitos” devidos à PGFN foi parcelado em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% da dívida.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN, foi parcelado em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Foi diferida, nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões, e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Desta forma, esses pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atraso, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

A variação ocorrida na conta de parcelamento da Transação Individual, cujo saldo passou de R\$ 336.677 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 343.203 em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 6.526, decorre, principalmente, da atualização monetária do período.

Essas ações refletem a continuidade dos esforços de regularização fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias pela Companhia.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 16 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Salários a pagar	222	151	1.754	1.457
Rescisões a pagar	723	723	47.560	47.490
FGTS a recolher	3.954	3.938	33.606	33.220
Sesi/ Senai	-	-	15.976	15.753
Provisões de férias e 13º salário	659	660	3.507	2.956
IRRF a recolher	127	162	2.092	2.171
INSS a recolher	392	543	2.365	2.360
Outras obrigações a recolher	20	20	42	38
	6.097	6.197	106.902	105.445
Circulante	6.097	6.197	106.902	105.445

O saldo das obrigações trabalhistas consolidadas totalizava R\$ 106.902 em 31 de março de 2026, ante R\$ 105.445 em 31 de dezembro de 2025, sendo que essa variação decorre, principalmente, das atualizações monetárias do período.

Destaca-se que nesses saldos estão incluídas as obrigações devidas ao Sesi/Senai, todas já vencidas.

Os saldos a pagar referentes às rescisões trabalhistas, incluídos nos processos judiciais em andamento, foram deduzidos dos respectivos valores registrados nas provisões para contingências por ocasião de sua constituição, de modo a evitar dupla contabilização.

Cabe ressaltar que, no momento do ajuizamento dos processos trabalhistas, são incluídas todas as verbas rescisórias e demais reivindicações apresentadas pelos reclamantes, o que dificulta a segregação individualizada dos respectivos valores até a conclusão definitiva das ações.

Nota 17 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS s/Receitas(a)	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão Fundo Taranis (b)	10.531	10.262	10.531	10.262
	12.834	12.565	12.834	12.565
Não circulante	12.834	12.565	12.834	12.565

a) O montante de R\$ 2.303 mil, registrado tanto na controladora quanto no consolidado, corresponde à provisão de ICMS incidente sobre receitas já reconhecidas, porém ainda não faturadas, em razão de disputas judiciais em andamento entre a Companhia e o cliente.

b) Refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, registradas em conta de provisões para despesas no presente exercício.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 18 - Adiantamentos de Clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	3.231	58.338
Adições/ Baixas	(513)	(55.107)
Saldo Final	2.718	3.231

Os saldos de adiantamentos referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, bem como às antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores já reconhecidos em receitas, em razão do avanço físico das obras e dos faturamentos realizados.

Nota 19 - Tributos Diferidos

19.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e pela Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucro Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2025	23.455	23.455	12.445	-	10.449	561	23.455
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	33	33
Baixa dos Tributos	(320)	(320)	(264)	-	(89)	-	(353)
Em 31 de março de 2026	23.135	23.135	12.181	-	10.360	594	23.135

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida	Consolidado							
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos					
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
dos Tributos Diferidos								
Em 31 de dezembro de 2025	40.022	40.022	12.445	-	5.796	10.936	10.845	40.022
Constituição dos Tributos	615	615	-	-	-	30	991	1.021
Baixa dos Tributos	-	-	(264)	-	(30)	(112)	-	(406)
Em 31 de março de 2026	40.637	40.637	12.181	-	5.766	10.854	11.836	40.637

Os tributos diferidos estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor líquido, ou seja, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma compensada, resultantes do encontro de contas entre valores de mesma natureza e exigibilidade, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

19.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(66.993)	(499.321)	(68.000)	(513.851)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	40.878	277.321	2.233	5.400
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40.369)	(276.817)	(1.601)	(4.975)
IRPJ / CSLL no Resultado	509	504	632	425
Tributos Correntes	-	-	(90)	-
Tributos Diferidos	509	504	722	425
Alíquota Efetiva	-0,76%	-0,10%	-0,93%	-0,08%

Nota 20 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos compatíveis com as condições usuais de mercado, destacando que não se limitam as transações com partes relacionadas às operações entre Inepar Administração e a Companhia, operações estas sobre as quais, conforme cláusula 2.4 do contrato, não incidem correções. Os saldos e as transações entre as empresas incluídas no processo de consolidação encontram-se devidamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os créditos intragrupo relacionados ao Plano de Recuperação Judicial devem ser apresentados em rubrica específica, com a identificação de que se tratam, quando aplicável, de créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo, determinados créditos intragrupo poderiam ser assumidos por outras companhias do Grupo ou compensados, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos no referido Plano, não sendo admitida compensação após a reorganização da estrutura de créditos.

Os referidos créditos estão sujeitos às regras de solidariedade entre as recuperandas, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano de Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, os créditos da Inepar S.A., decorrentes da emissão de títulos e valores mobiliários, foram utilizados para a liquidação de obrigações das empresas abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

A cada pagamento efetuado pelas recuperandas com a utilização desses créditos, os respectivos valores foram registrados em contas de mútuos, classificadas no grupo de partes relacionadas.

Posteriormente, em 2017, tais valores foram indevidamente consolidados em uma única conta, o que, para fins de controle, dificultou substancialmente o acompanhamento das operações.

Em setembro de 2025, por solicitação da Administração, foi realizada a reconciliação desses saldos e procedimentos, tendo sido efetuados ajustes contábeis com a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.2 destas notas explicativas.

Os valores decorrentes da referida revisão foram devidamente registrados no grupo de partes relacionadas.

Após a reconciliação dos saldos, efetuamos a segregação das partes relacionadas da seguinte maneira:

- **Contratos de empréstimos e contas correntes** – registram a movimentação financeira entre as empresas do grupo.
- **Créditos com utilização de valores mobiliários** – referem-se à abertura de contas correntes entre as recuperandas, para fins de satisfação dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, a serem liquidados por meio de valores mobiliários, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano, que trata da “Unificação do Crédito”.
- **Saldos de empréstimos e contas correntes existentes em 1º de outubro de 2014** – referem-se a valores incorridos anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial. Conforme o item 2.3 do Plano de Recuperação Judicial, é permitido, a critério do Grupo Inepar, que os créditos intragrupo sejam assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados, desde que tal compensação seja realizada antes da reorganização da estrutura de créditos. Em hipótese alguma haverá desembolso de caixa para pagamento de quaisquer créditos intragrupo: (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano; (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação judicial do Plano; e (iii) enquanto não for sanado eventual inadimplemento relacionado aos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.
- **Contratos de AFAC** – referem-se a contratos celebrados anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial.

As informações relativas à remuneração da Administração estão detalhadas na Nota Explicativa nº 34 das demonstrações financeiras.

Abaixo composição dos saldos entre as partes relacionadas:

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA									
01- Contratos de empréstimos e Contas correntes						SALDO EM 31/03/2026		SALDO EM 31/12/2025	
Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
CBD Administração e Participações S.A	02/01/2025	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	75.461	-	69.906
Cia Brasileira de Diques S.A	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	846	-	807
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A	30/11/2021	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	497	14.372	497	-
IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	142.476	-	142.476
MDC Assessoria Empresarial S.A	31/12/2024	Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66.%	-	855	-	255
IESAProjetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	92.540	-	92.540	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	6	-		
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	6	-		
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	28	-		
Inepar Innovia Participações S.A	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	19	-		
IESAProjetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	1.474	7.297		
IESA - Óleo & Gás S.A	01/01/2025	Controlada indireta	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	243	1.529		
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	263	40.312	82	41.480
IESA Tecnologia e Transportes S/A	30/09/2021	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	473	-	473	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	11/12/2015	Controlada	Contrato de transferência da participação da Cemate, para pago ao BNDES.	Indeterminado	Não se aplica	-	151.787	-	151.787
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2024	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	3.671	-	3.671
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	90.205	-	90.207
Demais Empresas	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	-	-
Subtotal						95.550	528.811	93.592	500.590
02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos									
IESA - Óleo & Gás S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada indireta	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	307.430	-	307.430	-
IESAProjetos, Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	126.762	-	126.762	-
IESA Tecnologia e Transportes S/A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	4.054	-	4.054	-
Inepar Administração e Participações S.A	Conforme Plano de recuperação	Acionista Controlador	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	38.728	-	38.728	-
Subtotal						552.055	-	552.055	-
03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ									
IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	58.027	-	58.027
IESAProjetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	-	1.705	-	1.705
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Cessão de Títulos Dívida Publica para a compra da participação da CBD	Indeterminado	Não se aplica	-	201.995	-	201.995
Demais Empresas	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	10	-	10
Subtotal						2.948	261.737	2.948	261.737
04- Contratos de AFAC									
Inepar Innovia Participações S.A	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	5.400	-	5.400	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	9.891	-	9.891	-
Subtotal						15.291	-	15.291	-
TOTAL						665.845	790.548	663.887	762.327
Líquido entre Ativo e Passivo						665.845	124.703		98.439

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes						SALDO EM 31/03/2026		SALDO EM 31/12/2025	
Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Cia Brasileira de Diques S.A	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	846	-	807
CBD Administração e Participações S.A	02/01/2025	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	1.200	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	867	757	-	-
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	40.312	-	41.480
Delft Adm e Participações S.A	01/10/2014	ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	8.078	6.077	7.925	6.065
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Controladora	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	13.505	-	13.173	-
Inepar Innovida Participações S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	3.900	5.912	3.900	5.890
MDC Assessoria Empresarial S.A	30/09/2022	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações tributárias	31/12/2022	CDI + 1,66. %	-	17.027	-	15.210
MDC Assessoria Empresarial S.A	10/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	30/06/2023	CDI + 1,78%	-	7.035	-	6.452
MDC Assessoria Empresarial S.A	23/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	31/08/2023	CDI + 1,78%	-	5.727	-	5.344
MDC Assessoria Empresarial S.A	29/12/2022	Ligada	Operação de crédito	Indeterminado	IPCA+1,78%	-	40.173	-	38.504
MDC Assessoria Empresarial S.A	07/12/2022	Ligada	Empréstimo	23/01/2023	CDI + 1,78%	-	25.038	-	22.964
MDC Assessoria Empresarial S.A	15/08/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/01/2020	CDI + 2,00%	-	4.732	-	4.312
MDC Assessoria Empresarial S.A	23/12/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/11/2020	CDI + 2,00%	-	10.520	-	9.605
MDC Assessoria Empresarial S.A	08/10/2025	Ligada	Cessão de direitos creditório	31/12/2025	CDI + 1,87%	-	1.329	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	31/12/2024	Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66. %	-	855	-	255
QGI Brasil S.A	31/08/2016	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	940	28.349	940	28.349
Demais Empresas	Diversas datas	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	34	48	-	48
Sadefem Equip e Montagens S/A	30/04/2025	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	1.269	-	340	-
						28.593	194.737	27.478	185.286
02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos									
Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Administração e Participações S.A	Conforme Plano de recuperação	Controladora	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
						75.081	-	75.081	-
03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ									
Inepar Administração e Participações S.A	Controladora	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Demais Empresas	Ligada	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	10	-	18
						2.948	10	2.948	18
						106.622	194.747	105.507	185.305
Líquido entre Ativo e Passivo						88.125		79.798	

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 21 – Provisão para Contingências

1-Critérios de reconhecimento e mensuração

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas têm uma obrigação no presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar tal obrigação e seu valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com a CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências são avaliadas e classificadas como:

Prováveis: quando a perda é provável, e, portanto, há constituição de provisão;

Possíveis: quando a perda é possível, sem a constituição de provisão, apenas divulgada em nota explicativa;

Remota: quando a perda é considerada remota, não sendo reconhecida nem divulgada.

As provisões são revisadas a cada encerramento de exercício ou período intermediário, considerando a melhor estimativa disponível, com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, incluindo atualização monetária e encargos incidentes, quando aplicável.

2-Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingências constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	105.388	85.160	255.643	196.508
Adições	-	50.157	-	111.460
(-) Baixas	(9.501)	(29.929)	(12.017)	(52.325)
Saldo Final	95.887	105.388	243.626	255.643

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1.033	16.367	1.370	25.868	111.092	67.280	111.429	77.721
Tributárias	332.278	25.179	335.228	25.179	384.091	43.144	403.998	44.720
Cíveis	351.413	54.341	351.413	54.341	517.619	133.202	517.619	133.202
	684.724	95.887	688.011	105.388	1.012.802	243.626	1.033.046	255.643

RESUMO DA VARIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS			
	AUMENTO PROVISÃO	DIMINUIÇÃO PROVISÃO	VARIAÇÃO
CÍVEL	0	0	0
TRABALHISTA	0	10.441	(10.441)
TRIBUTÁRIA	0	1.576	(1.576)
TOTAL	0	12.017	(12.017)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste período, houve reversões de provisões trabalhistas e tributárias, devido à liquidação de processos trabalhistas, conforme demonstrado na rubrica apresentada na Nota 30.

3-Principais processos**a) Contingências trabalhistas:**

Refere-se aos processos ajuizados por ex-funcionários e terceiros que prestaram serviços, envolvendo principalmente horas extras, adicionais, verbas rescisórias em contratos de empreitadas e fornecimento.

Os valores provisionados decorrem de processos cuja perda foi classificada como provável, com base em pareceres dos assessores jurídicos.

No 1º ITR de 2026, verificou-se uma redução de R\$ 10.444 no saldo da provisão para contingências trabalhistas classificadas como de perda provável. Essa redução decorre, principalmente, da liquidação de diversos processos, em função da celebração de acordos entre as partes.

Os valores classificados como perdas possíveis não apresentaram variações significativas ao final do 1º ITR de 2026.

4) Contingências tributárias:

Compreendem, basicamente, autuações fiscais de âmbito estadual e federal, bem como pedidos de restituição ou compensação de tributos atualmente em processo de julgamento. De acordo com os consultores fiscais da Companhia, há possibilidade de redução dos valores discutidos em razão da prescrição, conforme a Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela aplicação da legislação vigente.

No 1º ITR de 2026, as contingências tributárias classificadas como prováveis não apresentaram variações significativas.

Por outro lado, os processos classificados como perdas possíveis apresentaram redução de R\$ 19.907, em decorrência da inclusão de processos tributários em parcelamentos especiais junto à Receita Federal.

5)Contingências cíveis:

As contingências cíveis decorrem, principalmente, de ações indenizatórias, execuções contratuais, cobranças e disputas envolvendo fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, relacionadas a obrigações assumidas em exercícios anteriores.

No 1º ITR de 2026, as contingências cíveis classificadas como prováveis e possíveis não apresentaram alterações significativas.

a) Contingências Ativas

A companhia possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito em julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Dessa forma, esses valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informando o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média consegue êxito de até 55% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 31/03/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.153		
Provável recebimento	1.586	1.130	71%
Possível recebimento	941	539	57%
Remoto recebimento	626	134	21%
TOTAL	3.153	1.803	57%

A classificação entre provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos, totalizando um valor de expectativa de R\$ 1.803 de recuperação.

FIDC Taranis

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

Por ocasião de sua constituição, as Companhias realizaram aportes de claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio da cessão de créditos oriundos de processos judiciais em andamento, cujo valor totaliza atualmente cerca de R\$ 1,6 bilhão. A eficácia na monetização desses ativos é historicamente comprovada, situando-se em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40%, em razão de possíveis insucessos nas demandas judiciais.

A expectativa de monetização é da ordem de R\$ 914 milhões, ao longo dos próximos anos, representando um índice de recuperação de 52%, dentro dos padrões historicamente já praticados pela Companhia.

Se considerarmos somente os valores apontados como PROVÁVEIS e POSSÍVEIS, a expectativa de recebimento passa para 44%, no valor de R\$ 769 milhões, portanto, abaixo da média histórica alcançada pela Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

FIDC TARANIS - 31/03/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.742		
Provável recebimento	547	448	82%
Possível recebimento	615	321	52%
Remoto recebimento	580	145	25%
TOTAL	1.742	914	52%

Nota 22 - Provisão para Passivo a Descoberto

O saldo da rubrica de provisão para passivo a descoberto totaliza R\$ 1.066.923 em 31 de março de 2026 e R\$ 1.027.605 em 31 de dezembro de 2025, correspondendo aos valores das controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Innovida Participações S.A.

No consolidado, o valor apurado é de R\$ 15.728 em 31 de março de 2026 e R\$ 15.549 em 31 de dezembro de 2025, correspondente às empresas que não são consolidadas nas demonstrações da controlada IESA Óleo & Gás S.A., uma vez que esta não detém participação significativa nem exerce poder de controle sobre tais sociedades.

O passivo a descoberto ocorre quando o total das obrigações de uma entidade supera o total de seus bens e direitos, resultando em patrimônio líquido negativo. Nessa situação, os recursos disponíveis não são suficientes para a liquidação integral das obrigações, sendo a diferença, representada pela situação líquida negativa, reconhecida como passivo a descoberto.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	1.057.298	1.017.981	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.496	9.495	-	-
Outras empresas	129	129	15.728	15.549
	1.066.923	1.027.605	15.728	15.549
Não circulante	1.066.923	1.027.605	15.728	15.549

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 23 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Genus - Gest.Neg. SA	2.800	-	2.800	-
CVM - Comissão de Valores Mobiliários (a)	1.870	1.797	2.589	2.450
Honorários advocatícios	3.562	3.562	3.562	3.655
Outras contas a pagar (b)	10.008	10.008	27.223	28.110
Repasse a terceiros (c)	33.662	33.662	33.662	33.662
Provisões diversas obrigações a pagar	3.497	3.438	4.584	4.094
	55.399	52.467	74.420	71.971
Circulante	54.216	51.233	71.698	69.228
Não circulante	1.183	1.234	2.722	2.743

a) Refere-se às dívidas com a Comissão de Valores Mobiliários, já devidamente parceladas.

b) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações financeiras extraconcursais constituídas para atender ao acordo do Plano de Recuperação Judicial, bem como para atender às necessidades de capital de giro da Companhia.

c) Refere-se a repasses devidos a terceiros, por conta do fornecimento do Metrô - SP, que se encontram em discussão judicial.

Nota 24 – Fornecedores (Circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores em geral(a)	19.626	19.405	45.022	43.936
	19.626	19.405	45.022	43.936

Nessa rubrica estão registrados os valores a pagar a fornecedores localizados no Brasil, decorrentes da aquisição de bens ou da contratação de serviços vinculados às atividades da Companhia.

Nota 25 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social integralizado é de R\$ 576.172, representado por 36.324.303 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição de dividendos, que devem ser, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, a Companhia efetuou o agrupamento de suas ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, sem modificação no valor total do capital social.

Posteriormente, em conformidade com a 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizado o aumento do capital social no montante de R\$ 5.124, mediante emissão particular de 289.642 ações ordinárias.

Do total subscrito, R\$ 999 mil foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.125 à formação de reserva de capital, em conformidade com o disposto no art. 182, §1º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76.

Conforme Ata da 394ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 571.963 para R\$ 576.172. Em decorrência desse aumento, o capital passou a ser representado por 48.951.535 ações, sendo 12.627.232 ações preferenciais e 36.324.303 ações ordinárias.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e estão assim compostas:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 3.165 e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 999 e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios - É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.; com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 13ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 391.162 e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão, e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão, e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizada a 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para a 10ª emissão e de R\$ 6.507 para a 11ª emissão, totais subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme deliberado na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizada a 12ª emissão de 192.653.942 debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, destinadas à colocação privada, no montante de R\$ 192.653.942, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Na mesma oportunidade, foi igualmente aprovada a 13ª emissão de 1.248.430 debêntures, também para colocação privada, no montante de R\$ 1.248.430, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Conversões realizadas das debêntures perpétuas em ações:

Ata do Conselho de Administração nº	Valor R\$	Emissão das debêntures perpétuas
337 de 25/10/2018	937	6ª emissão
338 de 18/10/2018	74	6ª emissão
341 de 15/02/2019	84	6ª emissão
342 de 28/03/2019	453	6ª/7ª/8ª e 9ª emissão
344 de 01/07/2019	472	6ª/8ª e 9ª emissão
347 de 31/01/2020	2.625	6ª emissão
348 de 03/07/2020	13.986	10ª e 11ª emissão
351 de 13/11/2020	116	6ª e 7ª emissão
353 de 13/11/2020	473	6ª/8ª e 10ª emissão
354 de 07/05/2021	2.957	6ª/7ª/8ª/9ª e 10ª emissão
360 de 29/10/2021	4.888	1ª a 10ª emissão
363 de 11/01/2022	26.296	1ª a 10ª emissão
367 de 27/05/2022	12.214	6ª/7ª e 10ª emissão
369 de 27/09/2022	12.640	6ª/8ª e 10ª emissão
371 de 14/12/2022	6.778	6ª/8ª e 10ª emissão
373 de 30/03/2023	1.336	6ª/8ª e 10ª emissão
377 de 25/07/2023	29.663	6ª a 11ª emissão
379 de 20/09/2023	508	8ª/10ª e 11ª emissão
381 de 17/11/2023	15.655	6ª e 10ª emissão
383 de 26/02/2024	1,3	6ª emissão
386 de 04/04/2024	61	6ª emissão
392 de 20/08/2025	28.276	6ª/10ª/12ª e 13ª emissão

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, perfazendo o montante de R\$ 364. Esses créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores, que estão sendo discutidas com os credores. Os valores, nesta rubrica, foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 835.586, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 797.165, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª, 11ª e 13ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões. Esses ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

f) Continuidade das Operações

No curto prazo, a Companhia concentra seus esforços na recomposição da carteira de pedidos, na retomada das relações comerciais com a Petrobras e com o Setor de Energia, bem como na reativação do segmento metroferroviário. Paralelamente, busca concluir a alienação das UPIs IPM e IOG, renegociar dívidas com credores e com o BNDES, além de monetizar ativos judicializados e não judicializados. Complementarmente, promove estudos para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara, com o objetivo de ampliar a competitividade e atrair novos investimentos.

Nota 26 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(18.635)	(15.497)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(48.733)	(35.677)
	(67.368)	(51.174)
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	36.324.303	31.978.720
Total	48.951.535	44.605.952
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(1.475,76)	(1.227,23)
Ação ordinária	(1.341,60)	(1.115,67)

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o desdobramento das ações de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação ordinária e/ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente, conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, foi realizado o agrupamento das ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, igualmente sem modificação no montante do capital social.

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são conversíveis em ações e farão jus à remuneração equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da emissora, em conformidade com o disposto no art. 191 da Lei nº 6.404/1976.

Nota 27- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	3.465	811
(-) Impostos sobre as Vendas	(603)	(98)
Receita de Vendas	2.862	713

No 1º ITR, a Companhia apresentou acréscimo no faturamento de produtos e serviços em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2025, reflexo, principalmente, do reconhecimento da receita do contrato firmado com a NUCLEP, apurada pelo método dos custos incorridos e reconhecida pela controlada ENISA.

O reconhecimento da receita de contratos de longo prazo é efetuado com base no método dos custos incorridos, que reflete a mensuração do progresso na execução dos contratos em relação ao total estimado dos custos de cada projeto. Esse método representa, de forma adequada, o progresso na execução das obrigações de desempenho assumidas contratualmente.

Nota 28 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições (a)	(3.631)	4.198	(24.127)	11.721
Atualização de passivos financeiros (b)	(16.841)	(10.806)	(25.753)	(23.977)
Outras despesas financeiras	(2.700)	(2.479)	(2.723)	(2.693)
Total	(23.172)	(9.087)	(52.603)	(14.949)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	1.185	16
Atualização de créditos fiscais (c)	-	-	15.222	-
Outras receitas financeiras	5	3.875	259	4.161
Variações cambiais ativas	-	-	-	3
Total	5	3.875	16.666	4.180

a) A variação decorre, principalmente, das atualizações monetárias incidentes sobre impostos e parcelamentos federais, estaduais e municipais, bem como sobre a transação tributária individual.

No período encerrado em 31 de março de 2025, foram efetuados diversos parcelamentos com descontos de multas e juros, os quais foram abatidos dessa rubrica, resultando em saldo líquido de R\$ 11.721.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) As atualizações de passivos também registraram aumento em comparação ao exercício anterior, em função tanto de passivos já negociados e pagos quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se entre eles o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos financeiros.
- c) Atualizações de créditos fiscais e tributários de titularidade da Companhia;

Nota 29 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(95)	(27)	(149)	(33)
Despesas tributárias (a)	(1.490)	(8.031)	(21.778)	(12.618)
Despesas com FIDC Taranis (b)	(269)	(8.775)	(269)	(8.775)
Outras despesas Operacionais	(112)	(60)	(745)	(314)
Processos trabalhistas (c)	(7.016)	(1.640)	(9.544)	(2.804)
Ociosidade (d)	-	-	(951)	(596)
Total das despesas operacionais	(8.982)	(18.533)	(33.436)	(25.140)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	-	2.845	1.299	2.927
Recuperação Despesas	-	-	597	79
Receitas de aluguel (f)	421	396	802	688
Outras receitas	203	-	240	104
Total das receitas operacionais	624	3.241	2.938	3.798
	(8.358)	(15.292)	(30.498)	(21.342)

- a) As despesas tributárias referem-se aos registros de impostos objeto de parcelamento, relacionados a processos judiciais que se encontravam em andamento, dentre os quais destacamos:

Federais

10840.730626/2022-20	15746.722423/2011-71	16682.721143/2018-02
----------------------	----------------------	----------------------

Estaduais

CDA 1424242864 ICMS 2013

- b) FIDC Taranis: reconhecimento de R\$ 8.775 mil em despesas com prestadores de serviços vinculados ao Fundo, referentes ao exercício de 2025, e de R\$ 269 mil referentes ao 1º ITR de 2026.
- c) Refere-se a diversos processos trabalhistas nos quais a Companhia celebrou acordos para liquidação dos passivos provisionados, com a correspondente reversão contabilizada.
- d) Ociosidade refere-se aos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão do reduzido volume de projetos contratados.
- e) Refere-se à locação de áreas que não estão sendo utilizadas pela Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 30 – Provisões para Contingências – Efeitos no Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Trabalhistas	9.501	(170)	10.440	(170)
Tributárias	-	-	1.557	-
	9.501	(170)	11.997	(170)

Neste período, houve reversões de provisões trabalhistas e tributárias, devido à liquidação de processos trabalhistas e tributários.

Nota 31 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Processos Trabalhistas (a)	2.806	2.893	8.098	8.179
Processos Cíveis (b)	974	1.056	8.838	8.920
Processos Tributários (c)	1.852	1.850	2.277	2.275
	5.632	5.799	19.213	19.374

- a) Os processos trabalhistas apresentavam, em 31 de março de 2026, saldo no consolidado de R\$ 8.098, enquanto, em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 8.179. Estão incluídos nesses montantes os recursos depositados em juízo referentes a processos trabalhistas em andamento
- b) Os processos cíveis apresentavam, em 31 de março de 2026, saldo no consolidado de R\$ 8.838, enquanto em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R\$ 8.920.
- c) Processos tributários apresentavam, em 31 de março de 2026, saldo no consolidado de R\$ 2.277, enquanto em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R\$ 2.275.

Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A companhia mantém seguro das áreas comuns das instalações, que cobre eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do condomínio.

Nota 33 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Salários	351	430	3.240	2.779
Gastos Previdenciários	113	138	892	652
Total	464	568	4.132	3.431

Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração de Conselheiros	194	115	229	124
Remuneração de Diretores	393	166	1.539	895
Total	587	281	1.768	1.019

Nota 35 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Serviços industriais	
	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta total	3.465	811
Impostos/Deduções	(603)	(98)
Custos dos Produtos e Serviços	(2.424)	(2.095)
Total	438	(1.382)

No 1º trimestre de 2026, a receita operacional bruta consolidada foi de R\$ 3,4 milhões, representando acréscimo de R\$ 2,7 milhões, ou 327,3%, em relação ao mesmo período de 2025, quando a receita foi de R\$ 811 mil.

Os custos dos produtos e serviços apresentaram aumento de R\$ 329 mil, equivalente a 15,7%, variação proporcionalmente inferior ao crescimento da receita. Como resultado, o lucro bruto passou de resultado negativo de R\$ 1,3 milhão no 1T25 para resultado positivo de R\$ 438 mil no 1T26, representando melhora de R\$ 1,8 milhão.

Nos custos incorridos no período estão incluídos os gastos complementares dos consórcios de projetos já encerrados, no montante de R\$ 48 mil, bem como os custos dos serviços executados para terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa — Inovação e Infraestrutura S.A.

No período, também foi realizado o reconhecimento final da receita referente ao contrato de prestação de serviços com a Nuclep.

Nota 36 – Títulos a Pagar (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Títulos a pagar	178.520	171.943
Total	178.520	171.943
Circulante	163.560	156.983
Não Circulante	14.960	14.960

A rubrica de títulos a pagar refere-se, principalmente, à obrigação decorrente de título executivo extrajudicial firmado com parceiro comercial, com fundamento no art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo registrado representa o valor da obrigação reconhecida pela Companhia na data-base das demonstrações financeiras, atualizado conforme as condições previstas no respectivo instrumento, incluindo correção pela variação do CDI, quando aplicável, além de eventuais encargos pactuados entre as partes.

A Administração acompanha periodicamente a evolução do referido saldo, bem como suas atualizações, encargos e condições de liquidação, de acordo com os termos contratuais e documentos que dão suporte à obrigação.

Nota 37 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes

- a) A Administração da Companhia encontra-se em fase de busca por parceiros comerciais com o objetivo de implementar as operações abaixo especificadas. Essas medidas visam assegurar a continuidade da Empresa, mediante a geração de fluxo de caixa positivo, de forma a atender às obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como às obrigações extraconcursais e operacionais correntes.
- b) Alienação da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;
- c) Dação em pagamento, para instituições financeiras do imóvel situado no município de Magé;
- d) A Companhia mantém um programa contínuo de redução de custos operacionais, com o objetivo de adequar as despesas à nova realidade econômica da conjuntura atual.
- e) Intensificação das atividades na área comercial, com a conquista de clientes e mercados adicionais, além do foco total nos mercados core.
- f) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos em novos projetos, bem como à retomada das atividades.
- g) Continuidade da monetização de ativos financeiros, com o objetivo de ampliar a captação de recursos.

Nota 37 - Eventos Subsequentes

Conforme Fato Relevante divulgado em 5 de maio de 2026, a Companhia comunicou a conclusão da operação de venda da totalidade de sua participação indireta de 37,812% no capital social da Companhia Brasileira de Diques — CBD.

A transação ocorreu no contexto da venda integral da participação detida pela controlada CBD — Administração e Participações S.A. no capital da CBD, pelo valor total de R\$ 15.000, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato celebrado em 7 de abril de 2026.

Por meio da 52ª Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a alteração do número de membros do Conselho de Administração, que passou a ser composto por 6 membros.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Antonio Augusto Pires Junior– Diretor-Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade
Hugo Fagundes de Lima Queiroz
Antônio Augusto Pires Junior
Christian De Lima Ramos
Mario Pereira
Thássyo Lima Daver e Sousa

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
INEPAR S/A – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da INEPAR S/A – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em

31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e quanto às informações contábeis intermediárias consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – “IASB” assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Investimentos em controladas/coligadas/consórcios/fundos

As informações contábeis intermediárias das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QUIP S.A., QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), da investida da CBD – Administração e Participações S.A. (Cia Brasileira de Diques) e da investida da Inepar S.A. Indústria e Construções –

Em Recuperação Judicial (FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa “10”, não foram revisadas por nós ou por outros auditores independentes para a data-base de 31 de março de 2026. Adicionalmente, as respectivas demonstrações financeiras destas companhias e consórcios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas. Consequentemente, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão sobre tais operações, o que nos impede de concluir sobre a adequação dos saldos dos referidos investimentos e seus eventuais reflexos no resultado e no patrimônio líquido nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em

31 de março de 2026, bem como sobre os respectivos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2025.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pela situação descrita acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e sua controlada estão em recuperação judicial e evidenciam esforços para concluir o plano e recompor sua carteira de pedidos, visando equilibrar seu fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 66.484 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026 (50.464 mil em 31 de março de 2025) e, nessa data, o passivo circulante superior a R\$ 631.562 mil na controlada e R\$ 810.076 mil no consolidado (R\$ 612.775 mil e 770.827 mil respectivamente em

31 de dezembro de 2025).

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada mantêm operações significativas com entidades relacionadas. Devido à importância destas operações, os resultados das operações podem ser diferentes daqueles que resultariam de transações realizadas integralmente com entidades não relacionadas.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificação relativo à ausência de confirmação externa de determinadas instituições financeiras e ausência de demonstrações financeiras de determinadas investidas.

Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, compreendendo as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificação em 13 de maio de 2025. Sem modificar sua conclusão, os referidos auditores incluíram parágrafos de ênfase relacionados ao reconhecimento de recebíveis, à transação individual celebrada com a PGFN e à continuidade operacional da Companhia.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de maio de 2026.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giácomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 431, 2º Andar - parte, Centro, CEP 80410-180, Curitiba, Estado do Paraná, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 26 de Maio de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 431, 2º Andar - parte, Centro, CEP 80410-180, Curitiba, Estado do Paraná, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes “a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.” conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes PP&C Auditores Independentes S/A, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 26 de Maio de 2026.

Iraja Galliano Andrade Manacesar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relações com Investidores